

Uma análise particular sobre a distribuição regional de recursos pelo BNB

Vanessa Petrelli Corrêa¹

Nathalia Bizinoto Silva²

Resumo

Nesse trabalho analisamos a distribuição de crédito de um banco público em particular: o Banco do Nordeste. O objetivo é o de analisar se este banco apresenta, ou não, uma distribuição de recursos diferenciada da lógica geral do Sistema Bancário, a qual é caracterizada pela concentração de recursos em regiões mais integradas economicamente e dirigida especialmente a agentes de maior porte. Para isso, utilizamos dados de operações de crédito de curto prazo e de longo prazo do BNB por município, no interregno 1999-2010, no intuito de analisar a performance das liberações de recursos por este banco. Nosso estudo permite verificar que, não obstante o papel fundamental do BNB enquanto um banco público, é possível perceber, ao longo dos períodos estudados, certa concentração dos créditos de curto prazo em determinadas regiões, sendo que, nos últimos anos analisados, tal lógica concentradora também é observada no caso dos créditos de longo prazo. Para essa análise utilizamos a técnica de Análise de Correspondências.

Palavras-chave: Crédito, Bancos Públicos, Concentração de Crédito.

Abstract

In this paper we analyzed the distribution of credit from a public bank in particular: Banco do Nordeste. The goal is to analyze if this bank presents a distribution of resources different from the logic of the banking system, which is characterized by the concentration of resources in regions more economically integrated and larger agents. For this, we used data from BNB credit operations of short-term and long-term, by municipality, during the period 1999-2010 in order to analyze the performance of releases of credit by the bank. Our study shows that, despite the key role of the BNB as a public bank, we can see, over the periods studied, certain concentration of short-term credits in certain regions, and, in recent years analyzed, such logic concentrator is also observed in the case of long-term credits. For this analysis we used the technique of Correspondence Analysis.

Key- words: Credit, Public Banks, Concentration of Credit.

Área 5 – 5.1 (economia Monetária e Financeira)

¹ Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE-UFU) e Secretária Municipal de Agropecuária e Abastecimento do município de Uberlândia

² Mestre em Economia pelo Programa de Pós Graduação em Economia do IE-UFU

Introdução

O intuito deste trabalho é analisar a relação entre a distribuição dos créditos ofertados pelo BNB e o perfil dos seus clientes e dos municípios receptores. O objetivo é o de analisar se este banco apresenta, ou não, uma distribuição de recursos diferenciada da lógica geral do Sistema Bancário brasileiro, que são caracterizados pela concentração de recursos em regiões mais integradas economicamente e dirigidos especialmente a agentes de maior porte.

Fizemos nossa análise à luz da perspectiva Keynesiana sobre moeda, crédito, preferência pela liquidez e papel dos bancos em uma economia capitalista. É a partir desta perspectiva que se constrói a abordagem de que nas economias capitalistas há uma tendência à concentração do crédito e de que os bancos têm um papel central no crescimento econômico. A partir desta base teórica é que construímos nosso questionamento quanto ao comportamento de um banco público – o BNB, que opera no sentido de ser um banco de desenvolvimento regional e sendo que o Sistema BNB que será aqui estudado considera a operação do próprio banco e das operações com os recursos do FNE (Fundo Constitucional do Nordeste).

A hipótese é a de que em suas operações de curto prazo, operadas diretamente pelo banco, e constantes de seu balancete próprio a concentração de recursos seria o resultado da análise. Paralelamente, no caso das operações de longo prazo, se esperaria uma certa ruptura com a lógica da concentração. Estas operações seriam aquelas operadas com recursos do FNE e contabilizadas em balancete separado. Neste sentido, não seriam de risco do banco. A partir daí, a operação de Banco de Desenvolvimento estaria se dando a partir de uma ação Pública nesta direção, com recursos previamente destinados para este propósito. As operações que dependem de captação que constam diretamente no passivo do balancete do próprio BNB manteriam a lógica concentradora.

A partir daí, no presente artigo mostramos os resultados deste trabalho. Primeiramente, apresentamos brevemente a abordagem teórica da qual partimos, para, a seguir passarmos à apresentação do estudo empírico efetuado. Por fim, fazemos uma consideração final, na qual se apresentam os principais resultados encontrados.

1-Perspectiva teórica

Conforme esta abordagem teórica, existe uma inexorável relação entre o “lado real” e o “lado monetário”, sendo que a moeda é parte integrante do sistema econômico. Ela afeta diretamente “motivos” e “decisões” dos agentes, num mundo em que estes últimos apresentam diferenças fundamentais entre si. O contexto é o de uma “economia

monetária da produção” (KEYNES, 1971). Ou seja, as decisões de gasto se dão a partir do âmbito de agentes livres, sendo impossível saber *ex ante* o comportamento de cada um. Este é o ponto de partida para o ambiente de incerteza, próprio a uma economia mercantil, com trocas generalizadas, mediadas pela moeda. Ademais, a possibilidade do crédito se coloca diretamente nesta economia de trocas, na medida em que é possível haver um espaço temporal entre a entrega do produto para venda e seu recebimento, o que é impossível em uma economia de trocas diretas, não generalizadas.

No avanço da compreensão das características da economia monetária de produção, apontado por Keynes se colocam duas questões fundamentais: (i) não é possível definir um agente representativo, havendo hierarquia de decisões, pois são os detentores do capital aqueles que tomam as decisões cruciais de gasto; (ii) a lógica dos detentores de capital é a busca da valorização do mesmo.

No contexto desta perspectiva teórica, os bancos são mais do que meros intermediadores de recursos: ofertam crédito a partir de uma base ampliada de depósitos, podendo criar moeda, conforme suas expectativas.

A decisão dos bancos, seu comportamento e o ajuste de seu portfólio são centrais à decisão dos agentes, pois avançam os recursos que permitem a tomada de decisão e são essenciais na determinação do nível de atividade econômica. Não basta que as firmas definam suas decisões de produção e de investimento, se os bancos não estiverem de acordo em financiá-las. As decisões de não liberar recursos impedem o avanço das decisões de gasto.

A decisão de investimento é um dos componentes centrais da demanda agregada e o investidor toma a decisão de investir a partir de uma decisão de aplicação financeira que engloba a rentabilidade esperada futura (descontada para valor presente) da compra de um bem de capital, comparada com a rentabilidade de outros ativos, sendo que o mais líquido e seguro é a moeda. Ocorre, no entanto que, mesmo que haja expectativas positivas para o investimento e que o cálculo capitalista leve à decisão pelo mesmo, muito frequentemente tal decisão pode não se efetivar, por falta de recursos. Destaca-se, portanto, o papel do Sistema Bancário como “chave” do crescimento econômico (KEYNES, 1937a e 1937b), sendo que a partir desta discussão, Keynes explicita o papel dos bancos na criação de moeda *ex ante*. Os empréstimos não dependem da poupança passada, mas da capacidade dos bancos em criar *cash*.

Outra questão aberta por esta discussão é a compreensão de que os bancos são agentes econômicos cujo objetivo também é o de gerar valorização. Neste sentido, a

oferta de crédito é apenas uma das formas de aplicação a que eles têm acesso. Eles podem ter outras formas de aplicação ou mesmo podem decidir preferir manter-se em situação de maior liquidez. Neste sentido, a oferta de recursos depende do “desejo” dos bancos de ofertar empréstimos, quando comparado a outras alternativas. Ademais, a tendência do sistema será sempre a de relacionar segurança x rentabilidade. Ora, este é um aspecto central para aqueles que querem analisar as características da oferta de crédito.

O ponto de partida do estudo é a compreensão de que a análise de comportamento de um determinado banco deve levar em conta as diferentes alternativas de aplicação abertas. Esta análise foi levada adiante, seguindo a perspectiva original, pelos chamados Autores pós-keynesianos, e especialmente por Minsky (1986) que mostra como os bancos ajustam seus portfólios a depender dos momentos dos ciclos financeiros e mostrando que o perfil de atuação de cada banco não pode ser previsto, uma vez que depende de sua compreensão quanto ao andamento do ambiente econômico em determinado momento. A tendência é a de que se disponham a uma maior situação de risco em momentos de maior estabilidade, na busca de alta lucratividade. Por outro lado, em ambientes de expectativas negativas, a tendência é a de que busquem uma situação de menor liquidez. Nos momentos intermediários deverá haver um mix entre aplicações mais e menos seguras (mais ou menos líquidas)

Para Minsky (1986) a análise de crédito de um determinado banco deve envolver a verificação da dinâmica de portfólio de operações de ativo e passivo. A partir daí, é possível inferir a dinâmica dos bancos analisando os seus balancetes.

A compreensão é de que os bancos são grandes aglutinadores de capital e esperam obter lucros a partir de diferentes aplicações, sendo os empréstimos apenas uma delas. Estes podem ser ativos muito rentáveis, apesar de muito ilíquidos. A iliquidez dos empréstimos se deve ao fato de que o prazo de seu retorno está definido em contrato, de forma que, se o banco precisar do recurso líquido antes disto, estará em uma posição de iliquidez, mesmo tendo um ativo para receber no futuro.

Minsky (1986) chama a atenção para o fato de que os empréstimos são apenas um dos ativos que os bancos podem ter, visto que aplicações em títulos ou em encaixes também são formas de manter ativos bancários, geralmente menos rentáveis, mas mais líquidas. Neste contexto, os empréstimos são aplicações de maior risco, dada sua grande iliquidez. Em períodos de instabilidade e crise econômica, as expectativas dos agentes econômicos passam a serem pessimistas e, por isso, prevalece a preferência pela

liquidez, o que tornam mais atrativas as aplicações em títulos de dívida líquidos³, ou a manutenção em encaixes - em detrimento da concessão de crédito.

Na verdade oferta de crédito pelos bancos depende da confiança em informações disponíveis e, à medida que a base de informações piora, aumenta a influência de elementos convencionais na tomada de decisões, o que intensifica desigualdades. Ocorre assim, a fixação de maiores taxas de juros e de restrições à expansão do crédito em regiões consideradas periféricas, com menos informação e com menor potencial de realização de valorização. Dada a existência de diferentes níveis de informação, de incerteza e de confiança dos agentes, as diferenças regionais (centro e periferia) se intensificam, e os bancos apresentam restrições quanto à aplicação nestes espaços.

A discussão sobre as diferenças entre regiões é efetuada a partir do trabalho de Dow (1993), o qual considerou dois tipos de regiões, ou seja, regiões centrais e regiões periféricas. As regiões centrais são prósperas, apresentam mercados ativos e sofisticação financeira, além de uma estrutura produtiva historicamente dominada pela indústria e pelo comércio. Já as regiões periféricas, apresentam uma economia estagnada, com tênues mercados e um menor grau de sofisticação financeira.

Portanto, é importante ressaltar o poder de decisão do Sistema Bancário. Em geral, a visão dos agentes econômicos é a de que, de um lado, as regiões (ou economias) centrais apresentam a percepção de que os agentes as consideram menos instáveis do que as regiões periféricas. Nestas últimas as trajetórias de crescimento são consideradas mais instáveis e tende haver uma maior “preferência pela liquidez” dos agentes econômicos – bancos e indivíduos – pelos motivos especulação e precaução. Nas regiões periféricas, a tendência é a de que os bancos apresentem maior preferência pela liquidez e, dessa forma, há maior resistência para a oferta de crédito. Alguns trabalhos que seguem esse argumento são: Amado (1997), Crocco e Jayme Jr. (2006), entre outros.

Ou seja, a busca por maior rentabilidade e liquidez por parte dos bancos, faria com que os mesmos concentrassem sua oferta de crédito em agentes de maior porte e em regiões de maior integração e dinamismo econômico. Assim, de acordo com trabalhos fundamentados na abordagem pós-keynesiana, haveria, historicamente, uma concentração de recursos nesses agentes e nessas regiões. Ademais, outro ponto a destacar é a tendência da concentração de agências bancárias, em especial, nas regiões

³ Títulos de dívida pública interna são considerados ativos líquidos, na medida em que tem amplo mercado secundário que facilita a rápida venda dos mesmos, com baixa perda.

mais dinâmicas economicamente, o que também contribui para a concentração da oferta de crédito.

Dáí a importância dos bancos públicos regionais, que teriam papel central no sentido de manter os recursos captados no estado, além de poderem direcionar um maior volume de empréstimos para regiões menos dinâmicas, visto que a lógica de valorização não seria seu principal objetivo. Todavia, este não é exatamente o comportamento dos bancos públicos no Brasil.

Ora, o interessante no contexto desta discussão é o fato de que, também os bancos públicos brasileiros tendem a ter este comportamento: o de concentrarem recursos nos espaços de maior dinamismo e nos agentes de maior porte.

Isto pode ser observado no âmbito do Sistema Bancário Nacional e do caso do Banco do Brasil, por exemplo.

Nosso trabalho segue então este questionamento e a análise recai sobre o comportamento de outro importante ofertador do crédito agrícola : o Banco do Nordeste, que opera justamente num espaço de maior pobreza no país.

A questão é analisar se este Banco teria um comportamento diferenciado, especialmente nos últimos anos, em que o crédito de bancos públicos teve um papel fundamental no crescimento do país. A perspectiva do trabalho é analisar, conforme comentado anteriormente, o perfil da distribuição de recursos deste banco. Isto por que ele opera para ser também um banco de desenvolvimento regional e é gestor do Fundo Constitucional do Nordeste, criado para dirigir recursos prioritariamente aos agentes de menor porte, e para dirimir as grandes disparidades regionais.

Para efetuar esta análise desenvolvemos dois estudos: o relativo aos créditos de curto prazo do BNB e o relativo aos créditos de longo prazo. Para analisar o perfil desta distribuição, fizemos a comparação entre os índices de captação de crédito do BNB com o Índice de Desenvolvimento Humano municipal. A ideia é relacionar o perfil de captação com o perfil de desenvolvimento do município.

Para tal avaliação, utilizamos a técnica de Análise Correspondências e consideramos o período entre 1999 a 2010. O objetivo é verificar se os créditos deste banco conseguem romper, minimamente, com a barreira da alta relação existente entre alta concentração do crédito e municípios de alto dinamismo econômico. A nossa hipótese é de que, não obstante o importante papel do BNB enquanto um banco público, observa-se a permanência da concentração de recursos nas regiões mais dinâmicas e em agentes de maior porte.

2- O Estudo da distribuição dos recursos

2.1-Relação entre a distribuição do crédito do BNB por município e os Índices de Desenvolvimento Humano municipais

Em nosso estudo, levamos em conta todos os municípios que recebem crédito do BNB e cujos dados estão disponíveis. Foi considerada uma base de dados fornecida pelo próprio BNB, considerando o chamado “Sistema BNB”. Neste sentido, estão aqui considerados os valores de operações de crédito operados pelo próprio banco, via balancete próprio e também via Fundos Constitucionais. No que se refere à distribuição dos recursos, os dados consideram municípios nas seguintes unidades federativas: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo.

Os dados foram separados em “operações de curto prazo” e “operações de longo prazo” e a base de dados refere-se às liberações conjuntas BNB + FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), que conformam o “Sistema BNB”. De acordo com relatórios de demonstrações financeiras apresentados no *site* do BNB, as operações de crédito de curto prazo estão ligadas aos recursos operados pelo próprio BNB e que constam em seus balanços próprios. Já as operações de longo prazo estão fortemente ligadas aos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e operados diretamente por ele. Grande parte das mesmas (mas não a totalidade) está contabilizada no balancete do FNE. Nossa expectativa, por um lado, é a de que os créditos de curto prazo se ligam mais à lógica bancária tradicional, concentrando fortemente os recursos. De outro lado, espera-se que, no caso dos créditos de longo prazo, a concentração seja menos forte.

Considerando os dados disponibilizados, no caso das operações de crédito de curto prazo, o interregno analisado é 2003 à 2010, enquanto que no caso das operações de longo prazo, o interregno analisado é 1999 à 2010. Além disso, os anos em estudo foram divididos em períodos, tendo como base a periodicidade adotada por Corrêa (2010), Adati (2002) e Lima (2009). Tal periodicidade envolve a análise das condições de liquidez internacional, que afetam diretamente a dinâmica macroeconômica de países que não têm moeda forte, e se refere à divisão do período 1994-2011 em quatro fases. A primeira fase está compreendida no interregno 1994-1999 (período de câmbio administrado; liquidez internacional; ajuste inflacionário doméstico e crises da Rússia, do México e da Ásia). A segunda fase começa no segundo semestre 1999 e vai até 2002

(período de câmbio flutuante; regime de Metas de Inflação; movimentos de expansão e retração abrupta da liquidez internacional; crise da Argentina; instabilidade do mercado de capitais dos EUA; eleição do presidente Lula). A terceira fase, por sua vez, vai do final de 2003 ao primeiro semestre de 2007 (forte movimento de liquidez internacional; queda da Dívida Líquida do Setor Público; altos níveis de superávit primário do Governo). Por fim, a quarta fase se inicia no segundo semestre de 2007 e vai até 2011 (crise de *Subprime*; períodos de redução mais profunda de liquidez, em 2008 e 2009, seguida de rápida recuperação; atuação anticíclica dos bancos públicos; deterioração do cenário internacional no primeiro semestre de 2011, que afeta decisões de investimento, havendo também redução do investimento público). De forma geral, ao longo do período 1994 a 2011, ocorre um inicial aumento de crédito, que é revertido pelas crises da Ásia e da Rússia, seguido pela crise do Brasil em 1999. Entre 1999 e 2002, ocorre queda do crédito, o que é revertido após 2003 (expansão do crédito).

Entretanto, em nosso trabalho, fizemos certa modificação na divisão dos períodos, para que cada fase tivesse quatro anos, de forma que tivéssemos o mesmo número de anos em cada período, uniformizando mais o conjunto de dados. Assim sendo, a periodicidade aplicada neste estudo foi a seguinte: 1999-2002, 2003-2006, 2007-2010. Além da questão da uniformização, outro comentário sobre a periodicidade é a de que a expansão dos créditos do Banco do Nordeste, especialmente dos operados pelos Fundos Constitucionais, já opera após 2003.

Levando em conta a periodicidade apresentada, calculamos a soma do total das operações de crédito municipais no conjunto de anos da periodicidade e a soma do PIB municipal para o conjunto de anos e calculamos a relação Crédito/PIB do período. Isto foi feito para cada uma das fases consideradas, chegando-se ao indicador constante no Quadro 1.

Quadro 1- Indicador de crédito do BNB por município

Indicador	Fonte de dados
Crédito ofertado pelo BNB para o município/PIB do município	Crédito por município: dados disponibilizados pelo BNB PIB do Município: IBGE

Fonte: Elaboração própria.

Tanto as operações de crédito municipais quanto o PIB municipal, estão em valores correntes para todos os anos analisados. Os valores utilizados do PIB municipal estão disponíveis no *site* do IBGE. Dado que os valores para o PIB municipal de 2010 não estavam disponíveis no momento de nossa pesquisa, para o ano de 2010 consideramos os valores do PIB municipal de 2009.

Após a construção desse indicador para cada município (e para cada período), classificamos os valores dos indicadores do maior para o menor, dividimos esses valores em quartis e fizemos a categorização e a classificação em Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo, para cada período em estudo e para as operações de crédito de curto prazo e de longo prazo. Cada um desses quartis corresponde à 25% dos municípios da amostra. Além disso, em nosso estudo, dado o número bastante pequeno de municípios sem dados (SD), os mesmos foram desconsiderados.

Assim sendo, no que se refere às operações de crédito de curto prazo, o referido indicador apresenta os seguintes valores:

Quadro 2 - Classificação índice de captação de curto prazo - período 2003-2006

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	0,6897	46,3164	348
Médio	0,22231	0,68927	348
Baixo	0,06158	0,2218	348
Muito Baixo	0,00099	0,06145	350

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 - Classificação índice de captação de curto prazo – período 2007-2010

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	2,317	143,399	434
Médio	0,7874	2,305	434
Baixo	0,2629	0,7859	434
Muito Baixo	0,00115	0,2628	436

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às operações de crédito de longo prazo, os indicadores apresentam os seguintes valores:

Quadro 4 - Classificação índice de captação de longo prazo – período 1999-2002

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	17,71	443,428	497
Médio	8,944	17,704	497
Baixo	4,5528	8,9336	497
Muito Baixo	0,000043	4,5514	496

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5 - Classificação índice de captação de longo prazo - período 2003-2006

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	26,3415	1252,985	497
Médio	14,9056	26,3269	497
Baixo	7,9633	14,889	497
Muito Baixo	0,00002621	7,9504	496

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 - Classificação índice de captação de longo prazo – período 2007-2010

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	26,719	904,649	499
Médio	15,391	26,707	499
Baixo	8,2916	15,374	499
Muito Baixo	0,0049	8,2816	498

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos quadros permite-nos fazer algumas observações. No que tange ao indicador construído a partir das operações de crédito de curto prazo, podemos perceber que, tanto no período 2003-2006 quanto no período 2007-2010, os municípios classificados como de captação “Alta” apresentam indicador com amplitude expressivamente elevada. No interregno 2003-2006, o indicador varia de 0,6897 a 46,3164. Em 2007-2010, o mesmo varia de 2,317 a 143,399. Quanto aos municípios classificados como de captação “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa”, tanto em 2003-2006 quanto em 2007-2010, os valores do indicador são significativamente menores, quando comparados com os valores do indicador “Alto”.

No caso das operações de crédito de longo prazo, em todos os períodos analisados, os municípios classificados como captação “Alta”, também apresentam indicador com amplitude muito grande. Ademais, os valores do indicador “Alto” são expressivamente maiores que os valores das demais classificações (“Médio”, “Baixo” e “Muito Baixo”). No período 1999-2002, o indicador varia de 17,71 a 443,428; em 2003-2006, varia de 26,3415 a 1252,985; e no interregno 2007-2010, varia de 26,719 a 904,649. No período 2003-2006, por exemplo, o indicador “Médio” varia de 14,9056 a 26,3269, os quais são valores significativamente menores que os valores do indicador “Alto”.

O que a grande amplitude observada no quartil de captação “Alta” nos indica, em ambos os estudos, é que, por um lado, há forte concentração do crédito em alguns municípios, de forma que eles apresentam altíssima relação crédito/PIB. No mesmo quartil, por outro lado, já se apresentam municípios com índices de captação mais baixos, explicando a amplitude do resultado.

Ainda considerando apenas o resultado dos intervalos de classificação, no que se refere à análise feita a partir das operações de longo prazo, comparando os períodos 1999-2002 e 2007-2010, vemos que ocorreu um aumento dos valores de todos os quartis. De 2003-2006 para 2007-2010, os valores dos indicadores “Médio”, “Baixo” e “Muito Baixo” aumentam um pouco, enquanto que o valor máximo do indicador “Alto”

apresenta certa redução (de 1252,985 para 904,649), mas continua com amplitude muito grande e apresentando valores significativamente maiores que os das demais classificações.

Outro ponto a destacar é que, no caso do indicador construído a partir das operações de crédito de longo prazo, todos os quartis apresentam valores substancialmente maiores que os apresentados pelo indicador feito a partir das operações de curto prazo.

Para a realização do nosso trabalho de análise de distribuição de crédito municipal do BNB, utilizamos os valores do Índice de Desenvolvimento Humano municipal de 2000, para fazermos uma comparação entre esse e o indicador que construímos. No caso do IDH por município, também dividimos os seus valores em quartis e fizemos a categorização e a classificação em “Alto”, “Médio”, “Baixo” e “Muito Baixo”. Os resultados encontrados para a categorização do IDH foram os apresentados nos Quadros 7, 8, 9, 10 e 11.

Quadro 7 – Índice do IDH – período 2003-2006 (créditos de curto prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,651	0,844
Médio	0,616	0,651
Baixo	0,583	0,616
Muito Baixo	0,479	0,583

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8 – Índice do IDH - período 2007-2010 (créditos de curto prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,651	0,862
Médio	0,616	0,65
Baixo	0,583	0,616
Muito Baixo	0,467	0,583

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9 – Índice do IDH - período 1999-2002 (créditos de longo prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,645	0,862
Médio	0,613	0,645
Baixo	0,58	0,612
Muito Baixo	0,467	0,58

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10 – Índice do IDH - período 2003-2006 (créditos de longo prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,644	0,844
Médio	0,612	0,644
Baixo	0,58	0,612
Muito Baixo	0,467	0,58

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 11 – Índice do IDH - período 2007-2010 (créditos de longo prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,645	0,862
Médio	0,613	0,645
Baixo	0,58	0,613
Muito Baixo	0,467	0,58

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Após a construção da categorização dos indicadores é que podemos levantar a relação entre eles em cada um dos municípios considerados. Isto foi feito através da técnica de “Análise de Correspondências”.

De acordo com Fávero et al (2009), a Análise de Correspondência consiste em uma técnica exploratória que estuda a distribuição de frequências resultantes de duas (bivariada ou simples) ou mais (multivariada ou múltipla) variáveis qualitativas, ou seja, variáveis categóricas ou mesmo variáveis quantitativas que passaram por um processo de categorização. Tal técnica, fazendo uso de um espaço multidimensional, busca explicitar a associação entre categorias dessas variáveis.

Desta forma, a Análise de Correspondências Múltiplas, partindo de uma configuração simples e bidimensional, permite que se observe, conjuntamente e simultaneamente, as relações entre as variáveis. Assim sendo, esta técnica pode ser aplicada em ciências sociais, as quais muitas vezes estudam variáveis qualitativas.

A representação gráfica simplifica o conjunto de dados complexos e representa a disposição relativa dos indivíduos ou categorias, bem como, possibilita e facilita a observação das relações entre os dados. Ademais, a Análise de Correspondências Múltiplas analisa dados qualitativos e permite que as variáveis sejam separadas em grupos homogêneos, fazendo uso da transformação de dados não métricos por meio da atribuição de escores (quantificações ótimas).

Em nosso trabalho, manipulamos dados por município e, de acordo com o que foi explicado, a técnica de Análise de Correspondências buscará efetuar uma visualização dos resultados das relações entre os dados a serem analisados pelo pesquisador, no sentido de que o mesmo consiga analisar, de forma simultânea, um maior número de variáveis, minimizando, na medida do possível, a perda de informações. A AC busca também analisar a relação entre as categorias das variáveis analisadas, tendo como base um espaço com dimensões reduzidas.

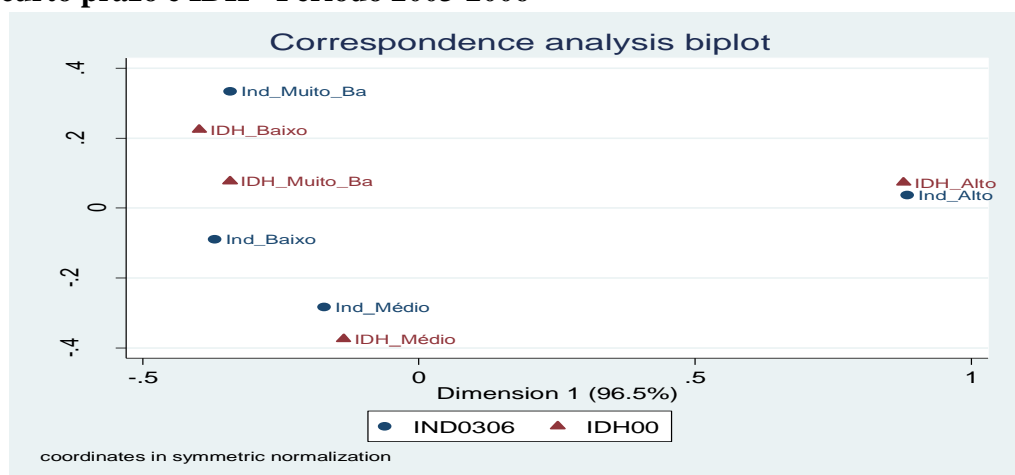
Ademais, os dados que utilizamos em nosso trabalho são numéricos e, assim, fizemos a categorização já descrita a partir dos quartis: Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo. Utilizamos essa técnica para trabalhar com os dados no STATA e, a partir desse programa, foram gerados gráficos para mostrar a relação entre o indicador Operações de Crédito do BNB por municípios/PIB por município e o IDH municipal, para cada período analisado. Nos gráficos (projeções planas), a relação entre as categorias é analisada a partir da distância entre elas, de forma que, na medida em que a distância entre as categorias diminui, a associação entre elas aumenta.

2.2- Análise das operações de crédito de curto prazo do BNB por município – Análise de Correspondências Múltiplas

Este estudo envolve a comparação entre os indicadores de captação de curto prazo (crédito curto prazo do BNB por município/PIB municipal), com a categorização do IDH municipal nos períodos indicados na metodologia.

O Gráfico 1 apresenta os resultados para o interregno 2003-2006.

Gráfico 1 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de curto prazo e IDH - Período 2003-2006



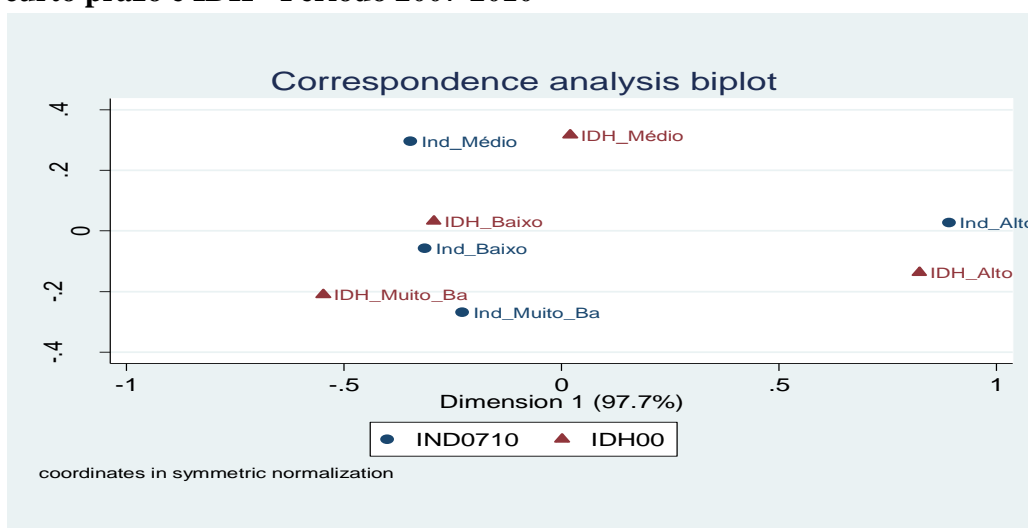
Fonte: Gerado pelo Stata.

Este interregno considera o período de expansão do crédito em geral do Sistema Financeiro Nacional. Neste interregno podemos observar que o indicador municipal

operações de crédito/PIB “Alto” está altamente relacionado ao IDH “Alto” e o IDH “Médio” com o índice de captação “Médio”. Ou seja, se apresenta explicitamente a correlação entre os maiores níveis de captação relativa e o nível de desenvolvimento do município (gráfico 1). Por outro lado, cabe observar que, neste período, os municípios com o IDH “Muito Baixo”, se aproximam do índice de captação “Baixo”. Ou seja, a captação deles não está no grupo pior.

No segundo interregno, considera-se o período da eclosão da crise de *Subprime* em que o papel contracíclico dos bancos públicos, dentre eles o BNB, se faz presente. O Gráfico 2 nos mostra os resultados do estudo e podemos considerar que a concentração cresce, no sentido que se estabelece aí a correlação clara entre os níveis de captação e os níveis de IDH para todas as classificações: “Alto-Alto”, “Médio-Médio”, “Baixo-Baixo”, “Muito Baixo- Muito Baixo”. Neste sentido então a indicação é a de que no período de movimento contracíclico de operação do BNB a lógica foi intensificar a distribuição do crédito para os municípios em melhores condições.

Gráfico 2 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de curto prazo e IDH - Período 2007-2010



Fonte: Gerado pelo Stata.

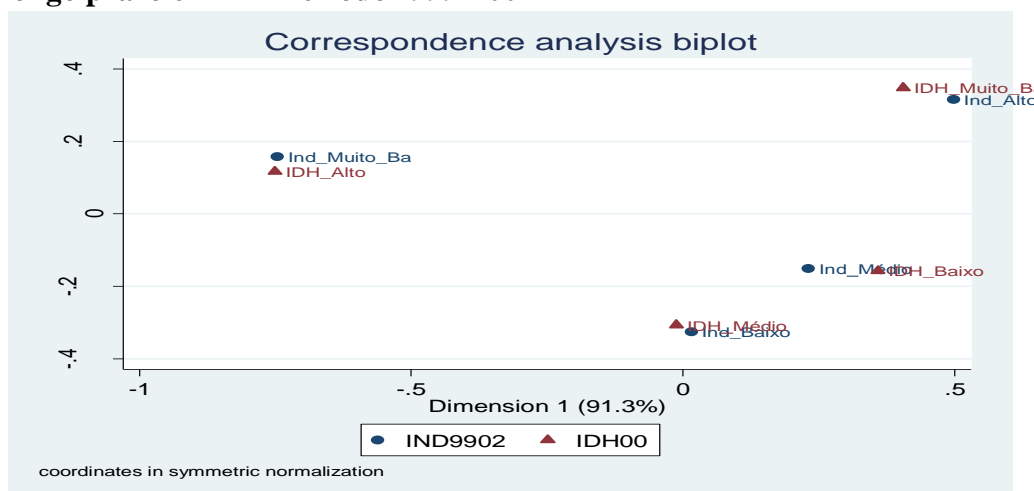
2.3- Análise das operações de crédito de longo prazo do BNB por município - Análises de Correspondências Múltiplas

No que se refere às operações de crédito de longo prazo, a Análise de Correspondências nos mostra a diferença de dinâmica do mesmo, vis à vis ao crédito de curto prazo, recém analisado .

Entre 1999 e 2002 (Gráfico 3), período em que a economia brasileira apresenta forte instabilidade, é possível notar que, para o caso destas operações, o Banco do Nordeste rompeu com a lógica concentradora espacial

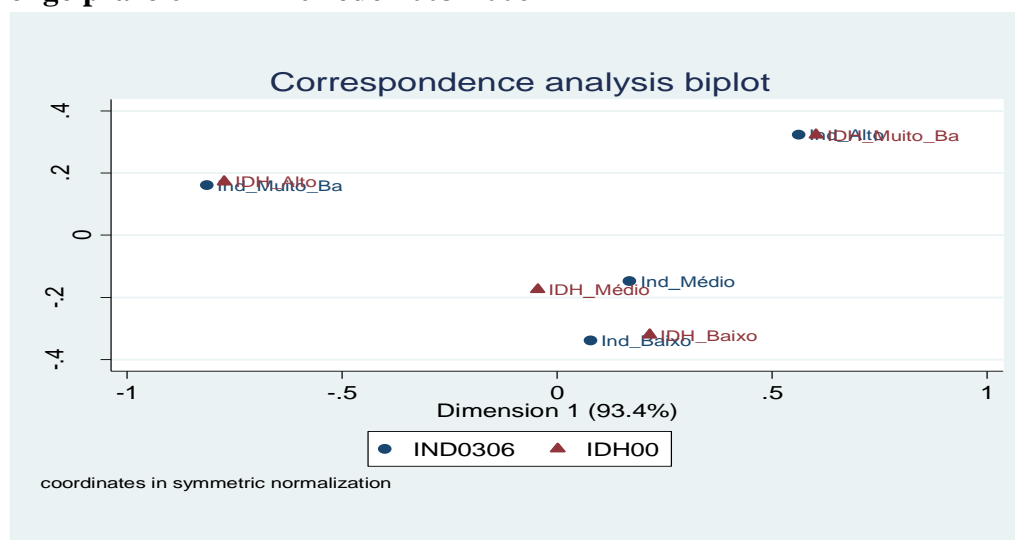
De fato, os municípios de IDH Muito Baixo são aqueles que recebem os maiores níveis de captação (Captação Alta). Por outro lado, os municípios de IDH Alto recebem os menores níveis de captação (Captação Muito Baixa). Os de IDH Baixo se relacionam à captação Média e os de IDH Médio à Captação Baixa. Ou seja: inverte-se toda a relação entre IDH e níveis de captação. Além do mais, a avaliação dos dados de créditos do BNB mostra que os agentes de menor porte recebiam a maioria dos recursos, apesar de que este foi um período de redução dos créditos de longo prazo.

Gráfico 3 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de longo prazo e IDH - Período 1999-2002



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 4 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de longo prazo e IDH - Período 2003-2006



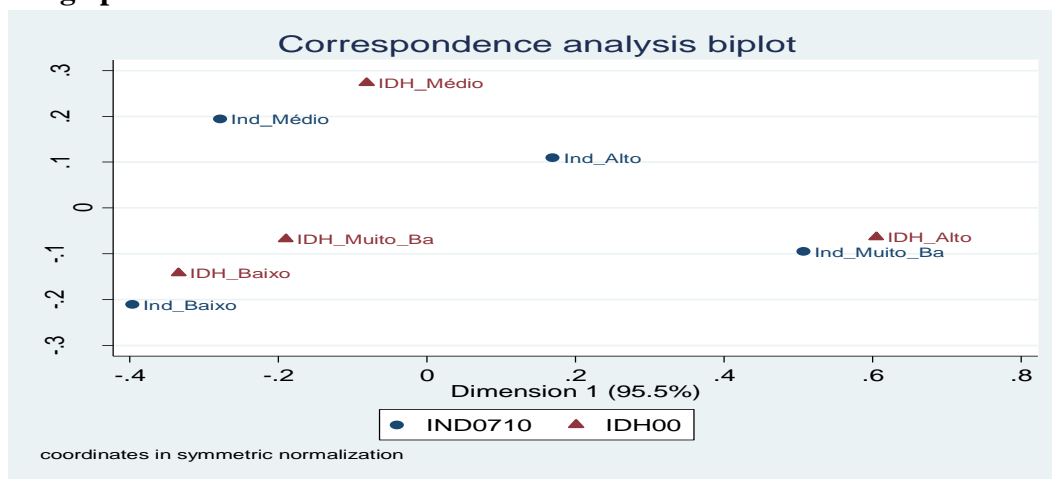
Fonte: Gerado pelo Stata.

Entre 2003 e 2006 (Gráfico 4) os dois extremos dos quartis das classificações permanecem na mesma associação anterior. Ou seja: “IDH Alto – Índice de crédito

Muito Baixo” e também “IDH Muito Baixo – Índice de crédito Alto”. Nos dois quartis do meio há uma inversão. No entanto, o que destacamos é que a lógica diferenciada deste tipo de crédito se mantém. No que se refere a esta observação, cabe mencionar que, os dados de crédito do BNB mostram que, no segundo período sob análise, ainda que a maior expansão tenha sido a dos créditos aos demandadores de grande porte, houve também a expansão dos de médio e pequeno portes.

Por fim, Gráfico 5 nos mostra o resultado do último período (2007-2010). Neste caso, vemos uma modificação que, em nosso ponto de vista dá uma indicação de que se processou uma mudança na lógica de distribuição. De fato, podemos constatar que os municípios de IDH Muito-Baixo deixam de apresentar proximidade com o indicador de crédito Alto.

Gráfico 5 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de longo prazo e IDH - Período 2007-2010



Fonte: Gerado pelo Stata.

Na verdade, estes municípios de menor grau de desenvolvimento agora começam a se aproximar dos níveis de captação Baixo. Ou seja, o processo que havia iniciado no período anterior está se aprofundando aparentemente neste último período: os níveis dos indicadores do crédito de longo prazo do Sistema BNB estão se aproximando dos mesmos níveis de IDH: IDH Médio-indicador de crédito Médio; IDH Baixo- indicador de crédito Baixo; IDH Muito Baixo – indicador de crédito Baixo. Ora, a partir dos dados de crédito do BNB, observamos que isto está ocorrendo no interregno em que houve forte expansão do crédito, só que a mesma foi puxada muito expressivamente pelos produtores de grande porte. Ainda assim, um aspecto que ainda cabe comentar é que não são os municípios de IDH Alto que recebem os maiores níveis de captação.

A indicação é que estes resultados comprovam a hipótese de Fernandes & Corrêa (2011), segundo a qual a expansão do crédito dos bancos públicos pós 2008 se deu privilegiando os demandadores em melhores condições de classificação de risco, hipótese esta que queríamos comprovar em nosso trabalho.

2.4- Outros resultados

Nesta parte do trabalho apresentaremos o levantamento efetuado para a concentração dos créditos do BNB, com o intuito de esclarecer um pouco melhor os resultados encontrados nas Análises de Correspondências.

(i) Maiores captadores: total do crédito distribuído

A seguir, apresentamos na Tabela 1 apenas os resultados resumo da análise da concentração dos créditos de curto prazo e longo prazo por município (municípios que são os maiores captadores de crédito), respectivamente.

Tabela 1 - Operações de crédito do BNB - 30 maiores captadores

	<u>1999-2002</u>		<u>2003-2006</u>		<u>2007-2010</u>	
	%Crédito	%PIB	%Crédito	%PIB	%Crédito	%PIB
Operações de Curto Prazo	—	—	77	33,27	68	59,38
Operações de Longo Prazo	35	17,56	43	19,96	47	75,07

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No caso dos créditos de curto prazo, os 30 maiores captadores receberam 77% dessas operações no período 2003-2006 e eles correspondem a 33,27% do PIB relativo aos municípios que receberam estes créditos. Paralelamente, os 10 maiores captadores receberam 61% desses créditos. Em nosso estudo verificamos que, nesse último grupo, estão as capitais do Nordeste. Por ordem de captação citamos: Maceió, Recife, João Pessoa, Salvador, Aracajú, Natal, Paulista (não capital), Teresina e São Luiz.

No interregno 2007-2010 a alta concentração permaneceu. Neste caso, os 30 maiores captadores receberam 68% do crédito de curto prazo e referem-se a 59,38% do total do PIB dos municípios receptores. Quanto a este resultado do PIB cabe uma qualificação; pois verificamos que o segundo município que mais recebeu recursos foi São Paulo, e o nível de seu PIB é que puxou a percentagem citada. A captação do mesmo vem logo após a Maceió, que continua sendo o primeiro colocado. Outro comentário importante com referência à mesma questão é que o município do Rio de Janeiro se apresenta como o 12º em termos de captação nesse mesmo período. Paralelamente as capitais do Nordeste continuam entre as principais captadoras.

No que se refere às operações de longo prazo do BNB a concentração não é tão forte. No primeiro período, os 30 principais captadores receberam 35% do crédito, correspondendo a 17,56% do PIB. Paralelamente, os 10 maiores captadores receberam 24% dos créditos. Quando verificamos quais foram estes municípios notamos que vários deles são municípios de PIBs menores, que estão recebendo relativamente mais recursos. Ou seja; o crédito de longo prazo do BNB está chegando aos mesmos com vigor.

Nos outros períodos a concentração vai aumentando, chegando a 47% para os 30 maiores captadores entre 2007 e 2010. Neste período estes municípios detém 75,07% do PIB dos municípios receptores. Em nossa avaliação, este resultado também está visado pelo fato de que São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília estão entre os municípios que mais receberam recursos do BNB no interregno considerado. Nos dois primeiros períodos (1999-2002; 2003-2006) estes três grandes municípios não constavam da lista dos maiores captadores. Ora, isto nos mostra que parte da expansão anticíclica dos recursos do BNB dirigiu-se a municípios que historicamente não faziam parte dos grandes captadores do banco, mas que estão entre os grandes captadores do país e não deveriam ser foco da atuação do Banco do Nordeste. Outro comentário importante é a de que a lógica desconcentradora que se observava neste tipo de crédito se perde, de certa forma, no último período considerado.

(ii) Maiores captadores: relação Crédito/PIB – primeiro quartil e 30 maiores

Outro levantamento efetuado envolveu a análise dos municípios participantes do primeiro quartil do indicador Crédito/PIB. Ou seja, neste estudo voltamos a verificação do perfil da captação relativa (em relação ao PIB) e não absoluta, como no item anterior. Verificamos inicialmente qual foi a participação desses municípios na distribuição do crédito do BNB de curto prazo e longo prazo nos períodos considerados.

No caso das operações de crédito de curto prazo, fica explícita a concentração indicada, entre 2003 e 2006, quando consideramos o resultado da amplitude dos indicadores. De fato, considerando o primeiro quartil da relação crédito/PIB, vemos que eles são responsáveis por 97% do total da distribuição do crédito do BNB e, é claro, correspondem a 25% dos municípios. No período 2007-2010 esta distribuição apresenta uma leve melhora, sendo que o primeiro quartil passa a ser responsável por receber 87% do crédito, notando-se que o segundo quartil (captação “Média”) receberam 10% do crédito e, os de captação “Baixa”, 2,6% do crédito.

Ora, então juntando estes resultados com os da Análise de Correspondências múltiplas, o que vemos é que entre 2003 e 2006, 97% dos créditos estão fortemente relacionados com os municípios de IDH “Alto”. Todos os demais quartis receberam 1% do crédito cada um. No segundo período 87% da captação tem proximidade com os municípios de IDH “Alto” e 10% com os de IDH “Médio”. Ou seja, a concentração de recursos totais é fortíssima no primeiro quartil em todos os dois períodos analisados, mostrando que os municípios de IDH “Baixo” e “Muito Baixo” quase não são contemplados com créditos de curto prazo do BNB, especialmente, quando consideramos a relação Crédito/PIB.

Quadro 12 - Classificação crédito de curto prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de curto prazo liberado – Período 2003-2006

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	97%	348
Médio	1%	348
Baixo	1%	348
Muito Baixo	1%	350

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 13 - Classificação crédito curto prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de curto prazo liberado – Período 2007-2010

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	87%	434
Médio	10%	434
Baixo	2,60%	434
Muito Baixo	0,40%	436

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No caso das operações de crédito de longo prazo observamos uma lógica de distribuição completamente diferente.

Quadro 14 - Classificação crédito longo prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de longo prazo liberado – Período 1999-2002

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	32%	497
Médio	25%	497
Baixo	20%	497
Muito Baixo	23%	496

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 15 - Classificação crédito longo prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de longo prazo liberado – Período 2003-2006

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	39%	497
Médio	17%	497
Baixo	24%	497
Muito Baixo	20%	496

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 16 - Classificação crédito longo prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de longo prazo liberado – Período 2007-2010

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	47%	499
Médio	24%	499
Baixo	16%	499
Muito Baixo	13%	498

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

A análise dos dados sobre o crédito de longo prazo permite observar que os municípios que com indicador Operações de Crédito de Longo Prazo do BNB/PIB “Alto” apresentam uma distribuição do crédito entre os quartis numa dinâmica completamente diferente daquela observada para os créditos de curto prazo. De fato, no caso das operações de longo prazo, o fato distintivo é o de que nos dois primeiros períodos da análise (1999-2002 e 2003-2006) a percentagem dos municípios de cada quartil (25%) quase que correspondem à percentagem da distribuição desse crédito. Ora, este é um resultado muito importante, pois mostra a capacidade de desconcentração desses créditos.

Um fato aparentemente negativo é o de que no período de atuação anti-cíclica do BNB (2007/2010) esta distribuição piora. De fato, os municípios do primeiro quartil passam a receber 47% dos créditos e os municípios de captação relativa “Baixa” e “Muito Baixa”, passam a receber 16% e 13% do total do crédito, respectivamente. No entanto, quando vamos analisar melhor estes dados, verificando o detalhamento desses municípios, com o resultado da Análise de Correspondências, vemos que o resultado não é tão ruim. Os municípios que aí estão listados não estão entre as capitais e nem são do estado de São Paulo e Rio de Janeiro⁴. Não são municípios que estão no primeiro quartil do IDH (IDH de 2000) dentre os municípios estudados, conforme foi

⁴ Os créditos que estão contabilizados no Rio de Janeiro e São Paulo referem-se na verdade, a recursos que estão no âmbito de operação do BNB mas estão sendo lançados nas agências do BNB nestes municípios que estão fora da área do BNB. São operações de maior porte.

demonstrado na Análise de Correspondências. Na verdade, há aí uma relação mista de municípios. No entanto, lembremo-nos que, em geral, os municípios de IDHs “Muito Baixo” e “Baixo” estão em níveis de proximidade com as captações relativas de longo prazo “Baixa”, que perdeu participação na distribuição do crédito.

Neste sentido, há uma piora no último período. Ainda assim, persiste a diferença fundamental da distribuição do crédito de curto prazo, quando comparada à distribuição de longo prazo. Um fator extremamente negativo do primeiro é a exclusão dos municípios de IDH “Baixo” e “Muito Baixo” para este tipo de crédito, o que ocorre também para os de IDH “Médio”.

Ora, estes são resultados importantes quando analisamos a distribuição especial dos créditos do BNB, especialmente quando consideramos o fato de que o mesmo tem o papel de ser um Banco de Desenvolvimento Regional.

Ademais, dados de distribuição dos créditos do BNB totais por município (sem sua relação com o PIB), os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro foram fortemente incorporados na distribuição do crédito. Na verdade, os recursos são contabilizados nas agências do Rio e São Paulo que capitaneiam operações de maior porte, mas referem-se a créditos tomados por agentes na área de operação do BNB. É claro que, como o PIB do Rio e São Paulo é relativamente muito maior, eles não aparecem na relação crédito/PIB.

Considerações finais

Realizamos uma análise do banco de dados referente às distribuições dos créditos de curto prazo e de longo prazo do BNB por município. Utilizamos a técnica de Análise de Correspondências para relacionar o indicador Crédito/PIB, construído a partir de dados de créditos do BNB por município, com o Índice de Desenvolvimento Humano municipal.

A partir daí, os dois grupos de indicadores foram relacionados, através da técnica de Análise de Correspondências. Fizemos isto em dois estudos: os relativos aos créditos de curto prazo (períodos 2003-2006 e 2007-2010) e os relacionados aos créditos de longo prazo (períodos 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010).

No que se refere à análise da relação entre índices de captação relativa e índices de IDH, os resultados dos créditos de curto prazo confirmaram o esperado: que o banco concentra estas operações de crédito nos municípios de maiores IDH. De fato, nos períodos estudados encontrou-se a relação “IDH Alto” X “Crédito Alto”. Além do mais, constatamos que este primeiro quartil de municípios, relacionado ao “Crédito/PIB

Alto” recebeu 97% do total do crédito distribuído pelo BNB no primeiro período e 87% no segundo período. Ou seja, uma enorme concentração em municípios que apresentaram proximidade com o índice de Desenvolvimento “Alto”. A constatação, portanto, foi a de que, para os créditos de curto prazo, a concentração foi enorme no primeiro quartil. No primeiro período, 75% dos municípios receberam 3% do crédito e estas operações são essencialmente aquelas operadas com recursos próprios do banco.

No caso das operações de longo prazo, o resultado não é o mesmo. O que constatamos pela Análise de Correspondências foi que a relação entre índice de captação e índice de desenvolvimento tendeu a ser inversa. No primeiro período vimos a relação entre IDH “Muito Baixo” e nível de captação relativa “Alto” e IDH “Alto” com captação “Muito Baixo”. Ou seja, este é um resultado importante, especialmente quando se constata que parte importante das liberações se dava para os agentes de menor porte. Outro resultado importante foi o de que cada quartil tinha praticamente a mesma participação no crédito distribuído pelo BNB: indicador de crédito “Alto” recebeu 32 % do crédito; indicador de crédito “Médio” recebeu 25% do crédito; indicador de crédito “Baixo” recebeu 20% do crédito; indicador de crédito “Muito Baixo” recebeu 23% do crédito.

A este respeito, no entanto, cabe considerar que o crédito de longo prazo não havia se expandido muito nesta fase, na medida em que havia forte retenção de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Quando estes recursos passam a se expandir, permaneceram as relações acima indicadas no interregno 1999-2002. No entanto, nesta fase os municípios com IDH “Médio” se aproximam daqueles com índice de crédito “Médio”. Esta é uma piora em relação ao primeiro período em que eram os municípios de IDH “Baixo” que recebiam uma captação “Média”. Ainda assim, a distribuição em direção aos municípios mais pobres se mantinha em geral.

No último período apresentou-se outra piora. Agora, o indicador de crédito “Alto” deixou de estar relacionado aos municípios de IDH “Muito Baixo”. Eles passaram a apresentar proximidade com os indicadores de crédito “Baixo”. Ou seja, a lógica de distribuição está se aproximando daquela dos créditos de curto prazo. É verdade que a concentração não é tão grande, mas ela aumentou neste último período. De fato, vemos que os municípios de captação “Alta” passaram a receber 47% do crédito de longo prazo.

Assim, de forma geral, vemos que a distribuição dos créditos ligados ao Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) teve um viés desconcentrador nos dois primeiros

períodos, considerando-se o nível de desenvolvimento dos municípios. No entanto, no último período, observamos uma piora do perfil da distribuição, lembrando ainda que grande parte da distribuição se deu na direção dos agentes de grande porte.

Ou seja, os resultados nos mostram que o banco público tem o poder de agir na forma de atuar fortemente na desconcentração da distribuição de recursos em regiões mais pobres. Isto foi percebido para o caso do crédito de longo prazo.

Já no caso das operações de curto prazo, realizadas com recursos que passam pelo balancete próprio do banco, estas foram fortemente concentradas em poucos municípios, em poucos estados e, especialmente, nos municípios com níveis de IDH mais altos. Assim, vemos que, de fato, as operações realizadas com recursos do próprio banco tiveram a lógica do ajuste bancário às regras da Basileia: foram altamente concentradas. A operação pós 2008 foi importante, por um lado, por conta da forte expansão dos recursos. No entanto, mais uma vez a opção foi a do ajuste, privilegiando-se os agentes de grande porte, nas regiões mais dinâmicas e incorporando o município de São Paulo, no sentido que as agências do BNB neste município operam grandes contratos. No caso das operações de longo prazo, vimos que a lógica está, lentamente, se aproximando àquela das operações de curto prazo.

Referências bibliográficas

ADATI, F. M. **Mudanças recentes no Sistema Bancário Nacional – impactos sobre sua forma de atuação.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2002.

AMADO, A. **A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana.** Estudos econômicos, v.27, n.3, p.417-40, 1997.

CHICK, V. **Evolução do sistema bancário e a teoria da poupança do investimento e dos juros.** Ensaios FEE, ano 15, nº 1, Porto Alegre, pp. 9-23, 1994.

CORRÊA, V. P. **A estrutura de financiamento nacional e o financiamento de longo prazo ao investimento.** Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado apresentada ao IE/Unicamp, 1996a.

CORRÊA, V. P. **Políticas de Crédito e Distribuição de recursos – uma análise do PRONAF.** Relatório de pesquisa. IPEA. Novembro, 2010.

CROCCO, M.; JAYME JR, F.(Org.). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira,** 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, v. 1, p. 169-210, 2006.

DOW, S. Incorporating money in regional economic models. In: DOW, S. (Ed.) **Money and the economic process**. Aldershot: Elgar, 1993.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERNANDES, F. & CORRÊA, V. P. **O PRONAF entre 1999 e 2009: análise da incorporação dos agricultores mais pobres ao Programa**. Anais do XLXIX Congresso da SOBER. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Bancos Públicos e Desenvolvimento**. Brasília e Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, H. S. R. **Transformações recentes no Sistema Bancário Nacional (1995-2007): bases teóricas, ajustes de portfólio e evidências empíricas**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2009.

MINSKY, H. P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven, London: Yale University Press. 1986.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. Vol. 6. London: Macmillan Press. 1971.

KEYNES, J. M. **Teorias Alternativas da Taxa de Juros**. Revista Literatura Econômica. Vol 9, n 2. 1987. Edição original: 1937a.

KEYNES, J. M. **A Teoria Ex-ante da Taxa de Juros**. Clássicos da Literatura Econômica. 1988. Edição original: 1937b.